

Encontro de Blumenau não quer outra lei, mas um grande debate

Regis Farr

O Senador Jarbas Passarinho, "pai" da lei 5692, de 1971, da reforma de ensino, e o Ministro Rubem Ludwig foram as ausências mais notadas em Blumenau, Santa Catarina, no último final de semana prolongado, quando cerca de 300 professores, em seminário, questionaram a lei e a opção do sistema educacional pela quantidade em detrimento da qualidade.

A crítica à lei 5692 começou por sua origem. Elaborada por um grupo reduzido e fechado, ela acabou expressando, no entender dos participantes do encontro, por um lado, a visão idealista de técnicos em educação e, por outro, o conjunto de interesses de quem detinha o poder e que propôs a descentralização do sistema escolar, ao mesmo tempo em que esvaziou os processos de decisão a nível local.

Lei do ideal

A lei, segundo os professores, não partiu da escola existente, mas sim da ideal, e por isso não deu certo. Ela dividiu os alunos em duas faixas: uma a ser rapidamente e mal preparada para ingressar logo no mercado de trabalho, e outra para continuar os estudos até chegar à universidade. Ao fazer propostas de novas disciplinas, acabou desarticulando todo o sistema existente, baseado em matérias essenciais como o Português e a Matemática, sem apresentar nenhuma vantagem de conteúdo em troca.

A Carta de Blumenau, com os principais pontos debatidos e as sugestões dos professores, não saiu, como estava previsto. Mas as associações de docentes prepararam um manifesto de 13 itens, a maior parte dos quais representa os pontos mais debatidos durante o seminário, e reflete a posição dos participantes sobre tais assuntos.

Se ninguém defendeu a Lei 5 692, poucos manifestaram-se favoráveis à sua substituição por uma outra lei, pelo menos de forma mais direta. A proposta central para que a situação seja revertida é a de um debate a nível nacional e com todos os envolvidos no sistema de ensino — professores, estudantes e administração dos sistemas de ensino.

As maiores críticas foram para a última série profissionalizante do 2º grau e para os "penduricalhos" que a lei propiciou à educação, através do preenchimento de horas antes destinadas a aulas de matérias básicas por disciplinas consideradas absolutamente desnecessárias, como noções de trânsito, sobre tóxicos ou educação sexual.

"De que adianta", comentou um professor, "noções sobre trânsito se as estradas e os automóveis não são obrigados a cumprir condições de segurança? O fato de a criança ser ensinada na escola a distinguir os sinais não diminuiu nem diminuirá o número de acidentes."

Reformulação

Muito reforçada foi a necessidade de reformulação do curso normal como condição básica para a recuperação do primário, e da cobrança ao Governo do cumprimento da lei naquilo que consideram benéfico, como o ensino obrigatório e gratuito para as crianças entre sete a 14 anos, e salários dos professores de acordo com sua formação e não, como acontece, pelo grau da escola em que atua.

Para um dos conferencistas, a escola pública está sendo destruída pelo próprio sistema de ensino, "que insiste em remendar o remendo". Por exemplo: sua intenção de conter a corrida à universidade, com a criação do profissionalizante, não funcionou. "O profissionalizante não profissionalizou e os estudantes passaram a ter aulas de formação geral reduzidas."

Como a idéia não deu certo, criaram-se as habilitações, mas o aluno continuou a sair da escola despreparado para enfrentar o mercado de trabalho. Como fracassou, surge agora a idéia da criação de uma quarta série optativa ao final do 2º grau, que ganha força e críticos no Estado do Rio. Esta medida servirá apenas, segundo os debatedores, para desvalorizar ainda mais a escola pública, uma vez que a particular pode oferecer maior número de horas-aula das disciplinas básicas.

Nestes dias em que os responsáveis pelo sistema educacional foram acusados de omissão — o Ministro Rubem Ludwig apenas enviou um representante para a solenidade de abertura — denunciou-se a tentativa de controle das escolas comunitárias pelo Governo, além da utilização de leigos para lecionarem em escolas oficiais, o que está acontecendo, segundo eles, no Rio, na Baixada Fluminense e no Norte do Estado.

Denunciou-se também o esquema sobre o qual está montado o ensino público, "planejado para criança das classes média e alta quando, na realidade, atende basicamente às camadas mais pobres da população". Esta filosofia seria, inclusive, a responsável pelos altos índices de reprovação e evasão nas duas primeiras séries da escola e que no Rio foi, no ano passado, de 48%.

Quanto às alternativas, respondeu um professor: "Temos é que debater até chegarmos a elas, inclusive porque as deficiências são facilmente detectáveis. Devemos, ainda, nos lembrar de nossa responsabilidade e articular uma resposta à crise por que passa a educação no país."